

RESILIÊNCIA COMUNITÁRIA CONTRA OS DESASTRES

Reginaldo Branco da Silva – www.porumbrazilresiliente.blogspot.com

Os desastres causam um alto custo social e econômico às sociedades. Reduzindo a exposição e adotando novas estratégias para aumentar a resiliência, esses custos podem ser reduzidos.

A responsabilidade pelo manejo dos riscos para os desastres não está somente nas mãos de gestores de desastres. É, na verdade, uma preocupação de todos – de cidadãos que deveriam estar mais empoderados para tomar decisões de como reduzir os riscos, a líderes políticos, instituições governamentais, setor privado, sociedade civil organizada, entidades de classe e instituições tecnocientíficas.

O background cultural (crenças, atitudes, formas de ver o mundo) de uma pessoa exerce um papel essencial na sua habilidade e nas formas de enfrentamento que ela colocará em prática ao vivenciar situações traumáticas (trauma entendido aqui como resultado de uma constelação de experiências de vida vividas numa condição estressante persistente ou como um evento agudo). Por sua vez, cada cultura e cada sociedade colocam à disposição das pessoas dispositivos de compreensão, avaliação e possibilidades de lidar com situações altamente estressantes, diminuindo as probabilidades de elas provocarem traumas. Haverá então um entrecruzamento desses dispositivos sócio-culturais com as predisposições individuais para permitir que a pessoa supere esses momentos estressantes. Essa capacidade de lidar de forma adequada com situações que transbordariam a capacidade da pessoa de suportar uma situação ameaçadora e ainda sair fortalecido dela chama-se resiliência, que pode ser construída a partir desses dispositivos sócio-culturais.

Conjugada com as questões sócio-culturais, uma série de fatores psicológicos contribui para a boa adaptação de uma pessoa à adversidade. Eles incluem as percepções individuais e o comprometimento pessoal, a busca individual pelos recursos sociais e as estratégias individuais específicas de enfrentamento.

Os modelos de crenças determinantes para uma pessoa podem ser estruturados desde a infância, com base nas experiências vividas. A organização do processamento das informações no momento da situação de risco influencia de forma decisiva os estilos comportamentais, assim como a maneira como as pessoas creem acaba definindo como irão se comportar em certas situações, por exemplo, como será seu comportamento quando enfrentarem desafios no trabalho, na família, na escola ou nas diversas posições que assumem na vida.

Portanto, resiliência é um produto interativo dessas crenças, atitudes, abordagens, comportamentos vivenciados pelas pessoas em determinadas culturas, que podem ajudá-las a se sair melhor em situações de adversidade e se recuperarem mais rapidamente. Pessoas resilientes são mais flexíveis durante as condições de estresse e costumam retornar mais rapidamente aos níveis de funcionamento psicológico e social anteriores ao infortúnio. No entanto, ser resiliente não significa que as asperezas da vida não serão complicadas e preocupantes; significa que esses eventos são superáveis, com maior ou menor facilidade.

O conceito de resiliência apresenta duas dimensões: uma força inerente ao sujeito (indivíduo, família, comunidade) para melhor resistir ao estresse e ao choque e a capacidade desse sujeito se recuperar rapidamente desse impacto. O aumento da resiliência pode, dessa maneira, ser alcançado tanto pelo incremento dessa força interna (e ao mesmo tempo reduzindo sua vulnerabilidade) quanto na redução do impacto da situação estressante, ou, ainda através de ambos. Isso requer uma estratégia multifacetada e uma perspectiva ampla dos sistemas direcionados a reduzir os múltiplos riscos de uma crise, ao mesmo tempo aumentando os mecanismos de enfrentamento e de adaptação nos níveis local, regional e nacional, envolvendo pessoas e comunidades.

A resiliência pode ser aprendida e desenvolvida por cada um de nós. As pessoas podem começar a construir a resiliência a qualquer tempo, incluindo antes, durante e após uma situação altamente estressante. Por que as pessoas diferem em como elas comunicam os sentimentos e enfrentam a adversidade, há uma série de maneiras de construir resiliência. Por exemplo, algumas pessoas encontram grande suporte e consolo em suas famílias e comunidades, enquanto outras procuram isso fora, em colegas e amigos próximos.

Uma compreensão mais profunda de resiliência e fatores de risco oferece a chance de se desenvolver estratégias de ajuda e padrões de enfrentamento (coping) específicos para cada cultura. A partir dessa compreensão, as prestações de serviços clínicos e psicossociais necessitariam ser adaptadas para que no futuro uma ajuda mais eficiente seja oferecida em consonância com o background cultural da pessoa ou da comunidade. Por exemplo, mesmo que um evento inicial não envolva saúde pública, interrupções sociais podem levar rapidamente a múltiplos riscos, incluindo epidemias. Sistemas públicos de saúde devem ser fortalecidos e sustentados, ambos para evitar o desastre e responder à sua ocorrência. Capacitação para responder aos impactos de saúde causados pelos desastres, especialmente em populações vulneráveis, deveria ser uma parte integral dos serviços de saúde pública fortalecidos.

Resiliência contra desastres é baseada na decisão dos indivíduos de compartilhar suas responsabilidades para a prevenção, resposta e recuperação dos desastres. Eles podem fazer isso utilizando um guia, recursos e políticas governamentais e outros

recursos, como organizações da própria comunidade. A resiliência contra desastres das pessoas e das famílias é significativamente aumentada por um plano ativo de preparação para proteger a vida e a propriedade, baseada numa preocupação pelas ameaças relevantes para sua localidade. É também aumentada quando se conhece e se está envolvido nos manejos da comunidade local para prevenir desastres, principalmente envolvido como voluntário.

Os elementos de construção de resiliência podem incluir: avaliação e monitoramento dos riscos de desastre, assim como sua compreensão; sistema de alerta efetivo; estabelecimento de uma cultura de responsabilidade pelas comunidades, incluindo setor privado e organizações civis, para planejamento e cooperação na preparação, resposta e recuperação; planejamento em longo prazo; investimento e aplicação de medidas preventivas, tais como regras para uso do solo e para construção, e pesquisa e avaliação sobre fatores de risco.

As ações para o fortalecimento da resiliência precisam ser baseadas em metodologias potentes para a avaliação de risco e de vulnerabilidade. Essas avaliações deveriam servir como base para a elaboração de estratégias de resiliência, assim como para o desenho de projetos e programas específicos.

Pensando que uma comunidade seria um grupo social, religioso, ocupacional, ou outros, que dividem características ou interesses comuns ou percebem a si mesmas como distintas em algum aspecto da sociedade onde se situa, podemos dizer que cada uma delas se estrutura de determinada maneira, mesmo estando sob os mesmos aspectos sócio-culturais.

Assim, a capacidade para resiliência de uma comunidade deveria ser desenvolvida em suas múltiplas formas, respeitando suas características e possibilitando que ela ofereça um amortecedor para a dor, um contexto para a intimidade e que sirva como repositório para tradições que unem as pessoas. Além dessas características, o bom funcionamento sob estresse, adaptação bem sucedida, autoconfiança e capacidade social também influenciam na resiliência da comunidade. Construir resiliência comunitária envolve um processo de ligar em rede uma série de capacidades adaptativas e essa ligação organizacional ajuda a construir resiliência coletiva.

Comunidade resiliente é aquela que possui um administrador competente e responsável, permitindo que a população participe e decida sobre o planejamento de sua cidade, levando em conta suas capacidades e recursos, garantindo uma urbanização sustentável com a participação de todos os grupos populares. Isso permite que muitos desastres sejam evitados em função de uma infraestrutura adequada (saneamento básico, drenagem) e serviços básicos (escolas, coletas de lixo, serviços de emergências).

Por outro lado, muitos fatores conhecidos tem aumentado a vulnerabilidade das comunidades para os desastres. Os estilos de vida e de trabalho, mudanças demográficas, migração doméstica e a fragmentação da comunidade estão aumentando sua suscetibilidade, assim como alterando as redes sociais locais e a sustentabilidade de grupos de voluntários. Pressões para que o desenvolvimento urbano se estenda para áreas de alto risco para desastres naturais compõem o problema, assim como a expectativa de que os mesmos serviços e equipamentos estejam disponíveis onde quer que se escolha morar. As comunidades devem ter a oportunidade de decisão com relação a seus planos sobre redução de riscos (dividindo responsabilidades para compreender esses riscos, controlando seus impactos e se preparando para o enfrentamento e recuperação). Igualmente, algumas vulnerabilidades podem ser contrapostas em parte por fortalezas e outras capacidades comunitárias.

Uma infraestrutura social estabelecida inclui canais de informação, redes sociais e organizações comunitárias. Instalações e processo sociais podem ser planejados e desenvolvidos para prover grande suporte à comunidade. Através de treinamentos e de informes de riscos as comunidades podem ser tornadas mais resilientes aos desastres.

Virtualmente todo desastre é local, portanto, há uma tendência a enxergar resiliência como uma questão local ou da comunidade. Mas isso tem criado um problema maior para o desenvolvimento de esforços de manejo do desastre baseado na resiliência no nível nacional. A resiliência deveria ser vista como uma questão maior de importância nacional e de política pública, assim como parte essencial dos processos de tomada de decisão nos programas de manejo efetivo dos desastres.

Deve ser entendido que resiliência não deve ser criada após o desastre para situar o problema. Muitas vezes, as pessoas tendem a reconhecer problemas relevantes após o desastre, quando eles são expostos pela mídia. O desastre demonstrou que os problemas essenciais – como a demora em passar informações para as pessoas diretamente afetadas pelo desastre – foram as maiores falhas do sistema atual. Esses problemas deveriam ser situados com um programa de manejo de desastre baseado na resiliência, só que antes do desastre ocorrer.

Algumas prioridades precisam ser identificadas e colocadas em prática para se alcançar resiliência comunitária contra desastres: a redução dos riscos para desastre deve ser uma prioridade local e nacional; é preciso identificar, avaliar e monitorar os riscos a desastres e melhorar os sistemas de alerta; é necessário usar de conhecimento, inovação e educação para construir uma cultura de segurança e resiliência em todos os níveis; reduzir os riscos subjacentes e fortalecer a preparação para os desastres para uma efetiva resposta e recuperação em todos os níveis, do local para o nacional são tarefas imprescindíveis.

Em face dos perigos e riscos é importante ter planos e arranjos para prevenir, responder e se recuperar das emergências e desastres. Esses planos, que deveriam ser preparados pelo menos no nível municipal, devem ser desenvolvidos em conjunto com organizações de serviços de emergências apropriadas. Esses planos devem ser abrangentes e estar atualizados. Portanto: é preciso estabelecer mecanismos de organização e coordenação de ações com base na participação de comunidades e sociedade civil organizada, incentivar que os diversos segmentos sociais compreendam seu papel na construção de cidades mais seguras com vistas à redução de riscos e preparação para situações de desastres, elaboração de documento de orientação para a redução de riscos e a oferta de incentivos aos moradores de áreas de risco: famílias de baixa renda, comunidades, comércio e setor público, para que invistam na redução dos riscos que vierem a enfrentar, investimento na criação de programas educativos e de capacitação para a redução de riscos de desastres, tanto nas escolas como nas comunidades locais.

Bibliografia

AMERICAN RED CROSS. Preparedness Summit: American Red Cross Community Resilience Pilot Program. Disponível em: <http://www.rwjf.org/en/blogs/new-public-health/2012/02/preparedness-summit-american-red-cross-community-resilience-pilot-program.html>

CLARK, H. Building resilience the importance of prioritizing disaster risk-reduction, disponível em:

<http://www.undp.org/content/undp/en/home/presscenter/speeches/2012/08/15/helen-clark-building-resilience-the-importance-of-prioritising-disaster-risk-reduction-.html>

ERIKSON, K. A new species of trouble, W. W. Norton & Company, New York/London, 1994

FLORIDA, R. The Rush to Resilience: 'We Don't Have Decades Before the Next Sandy'. Disponível em:

<http://www.theatlanticcities.com/jobs-and-economy/2012/11/building-resilient-cities-conversation-andrew-zolli-and-jonathan-rose/3839/>

HUMANITARIAN-OFFICES-EXPERIENCE-ETHIOPIA. How to apply communication resilience. Disponível em: <http://capacity4dev.ec.europa.eu/article/how-apply-communication-resilience-%E2%80%93-ec-humanitarian-offices-experience-ethiopia>

LANDAU, J. & SAU L. Facilitando a resiliência da família e da comunidade em resposta a grandes desastres. Pensando Famílias, nº4, ano 4, (56 -78) .

MAGUIRE, B., HAGAN, P. Disasters and communities:

understanding social resilience The Australian Journal of Emergency Management, Vol. 22 No. 2, May 2007

NATIONAL STRATEGY FOR DISASTER RESILIENCE. Building our nation's resilience to disasters National Emergency Management Committee. Disponível em: http://www.emergency.qld.gov.au/publications/pdf/national_strategy_disaster_resilience.pdf

SOUZA, M. T. Resiliência e desastres naturais. Cienc. Cult. vol.63 no.3 São Paulo July 2011

UNITED NATIONS 2005, Hyogo Framework for Action 2005–15: Building the Resilience of Nations and Communities to Disasters.